

**ATA DA REUNIÃO Nº 14
DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO
DO CONSELHO DA CIDADE
- ORDINÁRIA -
24 de novembro de 2010**

1 No vigésimo quarto dia do mês de novembro de dois mil e dez reuniu-se, em caráter ordinário,
2 para a reunião de número quatorze, o Conselho Consultivo e Deliberativo do Conselho Municipal
3 de Desenvolvimento Sustentável – Conselho da Cidade, às oito horas, na Sala de Reuniões do
4 Ippuj, prédio central da Prefeitura de Joinville, à Avenida Hermann August Lepper, nº 10, bairro
5 Saguacu, em Joinville, Santa Catarina, atendendo à convocação do Presidente do Conselho da
6 Cidade, Luiz Alberto de Souza, com o objetivo de discutir a seguinte ordem do dia: a) Leitura do
7 edital de convocação; b) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; c) Apresentação das
8 diretrizes para a nova Lei de Ordenamento Territorial; d) Assuntos gerais. No início da reunião o
9 Presidente leu o edital de convocação e, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião
10 anterior, esta foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes. Em seguida Luiz Alberto fez
11 uma breve introdução sobre o tema, e explicou que a Lei de Ordenamento Territorial é uma das
12 mais importantes, pois determina o uso do solo, e que sua atualização faz-se necessária devido
13 a mudanças de hábito, cultura e tecnologia. Lembrou que agora os assuntos são primeiro
14 apresentados ao Conselho Consultivo e Deliberativo para depois serem encaminhados às
15 Câmaras Comunitárias, como no caso da Outorga Onerosa. Deixou claro o objetivo da reunião,
16 de ouvir as sugestões dos conselheiros, e frisou que o assunto ainda não foi discutido com as
17 demais Secretarias do Governo, e são, por isso, apenas diretrizes. Murilo Teixeira deu início à
18 apresentação explicando que o Plano Diretor estabelece o prazo de um ano após a aprovação
19 da Lei de Estruturação Territorial (Macrozoneamento), para encaminhar a Lei de Ordenamento
20 Territorial à Câmara de Vereadores de Joinville, e que a intenção da Fundação Ippuj é mandar
21 antes desse prazo. Disse que o material já está minutado, já foi discutido no IPPUJ, e agora será
22 discutido com outras Secretarias, e que a lei foi feita com base nas diretrizes do Plano Diretor.
23 Teixeira explicou que a lei fala sobre Parcelamento do Solo, Uso do solo e Ocupação do solo.
24 Comentou que o sistema de circulação também consta na lei, porém seu detalhamento é
25 remetido ao Plano de Mobilidade. Luiz Alberto comentou que, para evitar grandes áreas
26 muradas, cidadelas dentro de Joinville, a área máxima para condomínios será limitada. Lembrou
27 ainda que hoje a lei permite uso de um lado da rua e do outro lado não, e Murilo comentou que
28 o objetivo da nova lei é simplificar e uniformizar o máximo possível. Falou que o
29 Macrozoneamento já criou a divisão territorial: o Macrozoneamento Rural e Macrozoneamento
30 urbano. Disse que há categorias de uso “permitido”, “tolerado” (compatíveis e incompatíveis), e
31 “proibido”. Comentou que está sendo implementada a classificação CNAE/CONCLA (Comissão
32 Nacional de Classificações, que contém mil páginas com atividades existentes mundo afora, já
33 em uso pela Secretaria da Fazenda. Teixeira explicou sobre a Ocupação do Solo, que é a
34 construção, a forma de morar, e falou sobre dispositivos de controle dessa ocupação e sobre
35 usos estimulados, como área para estacionamento de visitantes e áreas de lazer. Falou também
36 sobre a questão da “quota ideal”, nova ideia, que dispõe sobre fração mínima de lote por
37 moradia. Quanto ao gabarito, Murilo explicou que o importante é a altura do prédio, e não o
38 número de pavimentos. A conselheira Rosana Barreto Martins questionou sobre o entorno, e
39 Murilo disse que a ideia é verticalizar para liberar a área do entorno. Luiz Alberto comentou que
40 a ideia é combinar índices urbanísticos e evitar as cheias urbanas pela impermeabilidade do
41 solo, pois Joinville tem lençol freático muito superficial e solo muito arenoso. Em sua opinião, o
42 ideal é que os embasamentos dos prédios fossem de uso comum para dar a vitalidade urbana,
43 com lojas, padarias e cafés, por exemplo. O conselheiro Marcos Rodolfo Schoene lembrou da
44 necessidade em se levar em conta as restrições da Infraero, de ter sua anuência. Murilo falou
45 sobre altura máxima, afastamento frontal e recuos, taxa de permeabilidade, áreas de
46 alagamento e criação de sistema compensatório. O conselheiro Silvestre ressaltou a
47 necessidade de pensar o sistema viário para que o estudante vá de ônibus. Murilo comentou
48 que haverá casos em que o estacionamento até será proibido. Comentou sobre vagas para
49 visitantes, e falou que cada lote terá um código, uma inscrição de uso do solo, e que as tabelas
50 já estão sendo elaboradas. O presidente Luiz Alberto lembrou que essa primeira apresentação é
51 mais provocativa, pois a lei é muito complexa e importante, e trata da conformação da cidade
52 que queremos e da que podemos ter, e temos que encontrar uma conjunção do interesse
53 coletivo de melhoria da qualidade ou ao menos da preservação do que temos hoje, e permitir

54 que a cidade se desenvolva. Disse que é difícil esse ordenamento territorial, pois a lei de
55 mercado é mais forte que a lei escrita. Estamos mudando conceitos e queremos contribuições.
56 A conselheira Rosana disse ter gostado da forma como foi apresentado, e pediu que seja
57 encaminhado o material para discussão. Luiz Alberto ressaltou que o material é bastante
58 incipiente, e não deve ser tratado como uma proposta, e sugeriu encaminhar um material mais
59 elaborado para evitar polêmicas desnecessárias. O conselheiro Udo Döhler disse que seria mais
60 produtivo se esse material já estivesse com os conselheiros antes da reunião. Luiz Alberto
61 comentou que a ideia é que os membros do Conselho Consultivo e Deliberativo dêem sugestões
62 para melhorar essa minuta de proposta, e depois enviar um material mais consistente e
63 elaborado para as Câmaras iniciarem a discussão sobre o assunto, que não se esgota em uma
64 reunião. Murilo ficou encarregado de complementar os *slides* para encaminhar a apresentação
65 aos conselheiros. Rosana parabenizou o trabalho e fez quatro observações: 1) No Plano Diretor
66 consta “adensar visando preservar ambientes naturais”; 2) Fala-se da ocupação do solo dividido
67 em morar, e questionou como ficaria a questão do comércio, indústria e serviços. 3) Quando se
68 fala em gabarito, farão estudo sobre bioclimatismo urbano? 4) Dúvida sobre verticalizar e menor
69 taxa de ocupação. O conselheiro Eduardo Miers comentou que a lei é baseada nas diretrizes do
70 Plano Diretor, e projetos que conflitam com essas diretrizes não deveriam ser aprovados. Citou o
71 exemplo da mobilidade, e disse que qualquer projeto que não a potencialize não deveria ser
72 aprovado. Disse também que estamos fabricando “guetos” com projetos de oitocentas unidades.
73 O conselheiro Lenin Peña disse que a lei é mais que oportuna; falamos muito de qualidade, mas
74 seria bom encaminhar logo a lei para que possamos opinar sobre o sistema de valores. O
75 conselheiro Alsihone frisou que a questão da habitação está bem contemplada na lei. Disse que
76 não estão sendo criados “guetos”. São moradias dignas que estão sendo construídas. O
77 conselheiro Marcos Schoene sugeriu passar o material deixando claro que se trata apenas de
78 uma sugestão para discussão. O conselheiro Roque Mattei parabenizou pela apresentação, e
79 disse que Joinville precisa dessa atualização. O conselheiro Gilberto Pires Gayer lembrou que é
80 necessário considerar o Plano de Manejo. O conselheiro Ivandro também parabenizou pelo
81 trabalho, comentou que o Estatuto da Cidade considera a função social da terra, e disse que a
82 apresentação contempla isso. Disse que, contudo, é necessário ver a questão “do bolso” das
83 pessoas, e que é importante que a lei venha acompanhada de um imposto regressivo. Temos
84 que entender que uma indústria que não polui, que seja de interesse social, deve ter um bônus,
85 um IPTU diferente daquele que comprou o lote para especular. Deve haver dispositivos legais
86 para que a terra seja usada de forma boa e produtiva. Laureano elogiou a apresentação, e
87 comentou que a questão do Condomínio Urbanístico é muito complicada. O conselheiro Udo
88 Döhler falou que os estacionamentos verticais deveriam ser compatibilizados. Luiz Alberto
89 comentou que o trabalho que existe não se resume ao que foi apresentado, que essa é apenas
90 uma parte dele, pois há mapas e muitas tabelas, e se esse material for visto em partes poderá
91 ser interpretado de forma frágil. Reforçou que o que se quer agora, nesta primeira conversa, é a
92 impressão dos conselheiros. Explicou que não se pode mandar o material sem antes conversar
93 com a Fundema, por exemplo. Os conselheiros Udo Döhler e Mário Aguiar, contudo,
94 expressaram sua opinião de que seria importante enviar antes o material, e Aguiar inclusive
95 propôs que as Câmaras Comunitárias parem tudo o que estiverem fazendo para tratar
96 unicamente desse assunto, pois essa é uma lei maior que deve ser discutida imediatamente, é
97 fundamental para a cidade. Comentou ainda que quando se penaliza o loteador, na verdade é o
98 comprador do lote que está sendo penalizado, e também que condomínios horizontais são
99 excelentes e deve haver mecanismos de incentivo para isso. Para ele, a aprovação do lote
100 somente com o projeto pronto não é viável, pois as ideias mudam desde a compra do lote até a
101 construção da casa. Em sua opinião, a quota ideal deveria ser um pouco menos de trinta metros
102 quadrados por unidade. O conselheiro Rodrigo Thomazi comentou que a Prefeitura deve fazer
103 um Acordo de Cooperação Técnica com a Infraero para alinhar as questões de uso do solo
104 próximo ao aeroporto. O conselheiro Silvestre comentou que a questão da Outorga Onerosa do
105 Direito de Construir está relacionada com a Lei do Patrimônio Cultural de Joinville, e é
106 importante que se discuta essa questão também. Udo Döhler perguntou se a Lei do IPCJ já foi
107 para a Câmara de Vereadores, e Silvestre explicou que a minuta é a mesma, mas está ainda em
108 análise na Secretaria da Fazenda e na Procuradoria Geral do Município, e se houver
109 modificações deverá voltar para a Comissão. O arquiteto Marcel Virmond Vieira, conselheiro da
110 Câmara Comunitária de Mobilidade e Acessibilidade, disse que em sua Câmara estão discutindo
111 a questão do sistema viário, em busca de mecanismos que possam garantir o adensamento
112 desejado de uma forma sustentável, e que os princípios consagrados devem ser confrontados

113 com a capacidade real. O conselheiro Mário sugeriu que o material seja reapresentado com as
114 implementações a cada reunião, com os especialistas do Ippuj dando o balizamento. Murilo
115 Teixeira propôs complementar primeiro o material e depois repassar aos conselheiros. Luiz
116 Alberto comentou seu desejo de criar um ambiente aberto, mostrar que a Prefeitura está
117 recebendo sugestões. Disse que temos um bom padrão e não podemos recuar nas exigências,
118 temos que ir em frente. Sabemos o reflexo disso, pois o lote é mais caro e muitas pessoas foram
119 para Araquari, onde as exigências são menores, ou estão em terrenos irregulares ou
120 clandestinos. Mas o Ippuj precisa conversar antes com os outros órgãos da Prefeitura; não
121 queremos criar atrito com a Fundema, Fundação Cultural e Seinfra, e faremos uma reunião com
122 todos antes de mandar o material aos conselheiros. O Ippuj deverá incorporar no material as
123 sugestões do CCD. Luiz Alberto comentou que tratar da cidade envolve novos conceitos, e que
124 está preocupado com a condução política, e os conselheiros devem ser ouvidos primeiro. Se
125 divulgado, o material vai circular como uma verdade estabelecida, mas não é. Luiz Alberto
126 disse estar satisfeito com a reunião, pois atingiu o objetivo. Lenin Peña falou que devemos
127 pensar o futuro de Joinville, a construção de uma cidade humana. O conselheiro Udo disse
128 recear que seja muito demorada essa discussão, e Murilo comentou que o documento oficial
129 para discussão do Projeto de Lei deverá ser discutido a partir de fevereiro de dois mil e onze, e
130 que há elementos interessantes que vão contribuir nesse debate. O conselheiro Mário Cezar
131 Aguiar reforçou a importância de levar esse assunto às Câmaras Comunitárias, e Luiz Alberto
132 lembrou que esta reunião é um pré-debate, num movimento inverso. Disse que o Conselho da
133 Cidade deve ser um facilitador e contribuir para elaboração da Lei, pois ouvimos, opinamos e
134 discutimos, e há muito material para ser estudado. Ficou definido que na primeira reunião de
135 dois mil e onze, dia quinze de fevereiro, será feita uma apresentação com mapas e tabelas, e
136 deverá ser entregue o material mais aprimorado. Até o dia dez de dezembro deverá ser
137 encaminhado o material da apresentação para que os conselheiros possam contribuir. Rosana
138 comentou que há falta de integração entre os setores da Prefeitura. Em assuntos gerais, o
139 conselheiro Lenin Peña solicitou que sejam enviadas para todos os membros do Conselho da
140 Cidade as quatro propostas do IDS: 1) Que a Saúde ofereça um cartão digital com histórico
141 biomédico de cada usuário do SUS – Sistema Único de Saúde; 2) Que o aterro industrial de
142 Joinville seja utilizado somente pelas indústrias da nossa cidade, com os respectivos cuidados
143 sócio-ambientais e ecológicos; 3) Que os fios elétricos aéreos e postes sejam retirados, num
144 primeiro momento, do centro da cidade; 4) Que a educação pública atenda às diretrizes do
145 Plano Diretor. O conselheiro Eduardo Miers comentou sobre o debate de empregabilidade, e o
146 conselheiro Lenin Peña elogiou a ausência de fios elétricos aéreos na Via Gastronômica, e disse
147 que Joinville está de parabéns. Comentou que enviou para a Presidenta eleita as sugestões do
148 IDS sobre a questão da Saúde, e teceu comentários sobre o Seminário de Calçadas. Referente
149 ao aterro sanitário industrial, disse que deve ser usado somente por empresas da cidade de
150 Joinville. Sobre educação, Lenin disse que é uma grata surpresa ver que a educação municipal,
151 principalmente no primeiro ano da educação básica, já está atendendo aos princípios do Plano
152 Diretor, e deseja que isso aconteça em todo o Ensino Básico. No setor educacional de
153 responsabilidade do Estado, por outro lado, é preocupante a ausência de qualidade; cabe
154 constitucionalmente ao Governo Municipal intervir nesse grave problema, pois as futuras
155 gerações devem primar pela qualidade. Nada mais havendo a tratar, às dez horas o Presidente
156 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Ficam registradas as
157 justificativas de ausência dos conselheiros: Marcele Figueiredo Andrade de Luca, Fabiano Lopes
158 de Souza, Maria Salete Rodrigues Pacheco, Eduardo Bartniak Filho, Maria Ivonete Peixer da
159 Silva e Sérgio Luiz Celestino da Silva. Eu, Patrícia Rathunde Santos, Secretária Executiva do
160 Conselho da Cidade, lavrei esta ata, que vai assinada pelo Presidente do Conselho, por mim e
161 pelos conselheiros presentes. Joinville, vinte e quatro de novembro de dois mil e dez.

Luiz Alberto de Souza
Presidente do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva do Conselho da Cidade

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

Presidência		Luiz Alberto de Souza - Fundação IPPUJ			
Grupo de Trabalho	CÂMARA	PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
		TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
GT 1	Câmara Comunitária de Promoção Econômica	- ausente - Maria Ivonete Peixer da Silva GP	Alsione Gomes de Oliveira Filho SH	Mário Cezar Aguiar ACIJ	- ausente - Gean Marcos Dombroski Corrêa Instituto AJORPEME
GT 2	Câmara Comunitária de Promoção Social	Silvestre Ferreira FCJ	- ausente - Maria Teresa Soares SAS	Lenin Peña IDS	Eduardo Miers CEAJ
GT 3	Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Natural	Marcos Rodolfo Schoene FUNDEMA	- ausente - Marcele Figueiredo Andrade de Luca AMAE	- ausente - Maria Salete Rodrigues Pacheco AJORPEME	- ausente - Andrea Knabem AMABA
GT 4	Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído	Gilberto Pires Gayer FUNDEMA	- ausente - Nilzete Farias Hoenicke IPPUJ	Ivandro de Souza Instituto Joinville	Rosana Barreto Martins CEAJ
GT 5	Câmara Comunitária de Integração Regional	Eduardo Dalbosco SEPLAN	Rodrigo Fallgatter Thomazi SIDE	Udo Döhler ACIJ	Roque Antônio Mattei Instituto Joinville
GT 6	Câmara Comunitária de Estruturação e Ordenamento Territorial	Ariel Arno Pizzolatti SEINFRA	- ausente - Fabiano Lopes de Souza SRVN	Jorge Arnaldo Laureano SECOVI	Henrique Chiste Neto AJECI
GT 7	Câmara Comunitária de Mobilidade e Acessibilidade	- ausente - Eduardo Bartniak Filho CONURB	- ausente - Sérgio Luiz Celestino da Silva SAS	Emerson Siqueira AJECI	- ausente - Vanderlei Pedro Quintino CEPE

Joinville, 24 de novembro de 2010

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.